

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPRESBS – 2026

Em dezessete de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h, na sede do IPRESBS em reunião presencial, teve início a 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos. Na ocasião estiveram presentes os seguintes membros do Comitê: Clifford Jelinsky, Ivana Aparecida Pereira, Lucilene Zélia dos Santos, Marco Rodrigo Redlich e Marcos Gertler. Também participaram da reunião, os consultores da SMI Consultoria, Arthur e Rafael Demeneghi. Com o quórum formado, teve início a reunião com a seguinte pauta:

- 1- CENÁRIO ECONÔMICO
- 2- POSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS IPRESBS
- 3- DELIBERAÇÕES DE INVESTIMENTOS
- 4- ASSUNTOS DIVERSOS

1- CENÁRIO ECONÔMICO:

Os recentes desdobramentos no Golfo Pérsico evidenciam como decisões estratégicas dos países ampliam o risco de escalada do conflito, gerando impactos diretos sobre os preços de energia e resultando em um dos episódios de maior disrupção nas cadeias globais de suprimentos da história recente. O acordo temporário de cessar-fogo traz maior otimismo quanto à possibilidade de uma resolução permanente do conflito. Estados Unidos e Irã concordaram em suspender os combates por duas semanas. A busca por soluções de curto prazo que viabilizem a reabertura do Estreito de Ormuz configura um cenário mais favorável para mitigar os impactos observados, especialmente por meio da recente escalada dos preços do petróleo em nível global. Ainda assim, o acordo não encerra o conflito, mas abre espaço para avanços em negociações diplomáticas. Embora o Irã tenha concordado em reabrir a rota marítima, o tráfego de navios petroleiros e de embarcações de gás natural liquefeito (GNL) pelo Estreito de Ormuz permanece limitado. Adicionalmente, os recentes ataques a importantes polos energéticos no Golfo Pérsico, como o Complexo de Gás de Ras Laffan, maior polo de produção e exportação de gás natural do mundo, e o complexo de Abqaiq e Ras Tanura, que abriga uma das maiores refinarias de petróleo do Oriente Médio, elevam a probabilidade de um choque de energia mais prolongado, diante da dificuldade de recuperação dessas instalações. Esse contexto tende a manter os preços do petróleo em patamares superiores aos níveis pré-conflito. Apesar de o cessar-fogo representar a notícia mais positiva para os mercados desde o início do conflito, os dez pontos propostos pelo Irã ainda apresentam condições consideradas mais rígidas, que devem ser amplamente debatidas nas negociações. Persistem incertezas relevantes, em meio a sinais contraditórios nas declarações do presidente Donald Trump e de autoridades iranianas, o que dificulta inferências mais precisas sobre o desfecho de um acordo permanente. O presidente Trump enfrenta, por sua vez, um dilema que favorece a busca por uma resolução mais célere do conflito. A economia americana ainda convive com pressões relacionadas ao custo de vida, incluindo inflação elevada, preços de energia mais altos e aumento recente nos preços dos combustíveis. Esse cenário impõe custos políticos relevantes, especialmente diante da queda de aprovação e da resistência de parte da população às ofensivas no Irã. Assim, ganha força um cenário base de resolução nas próximas semanas, embora não se possa descartar a possibilidade de uma desescalada apenas parcial, diante da resistência do Irã nas negociações e do risco de novos episódios de escalada. Em meio ao conflito no Golfo Pérsico, o Federal Open Market Committee (FOMC) do Federal Reserve decidiu manter a taxa de juros da economia americana inalterada no intervalo de 3,50% a 3,75% na reunião de março. A postura do comitê foi mais dura em relação ao comunicado anterior. Houve maior ênfase nos riscos inflacionários dentro de seu duplo mandato. Em síntese, a barra para cortes adicionais de juros ao longo do ano tornou-se mais



elevada. A Summary of Economic Projections (SEP), que compila as estimativas dos dirigentes sobre a economia dos Estados Unidos, passou a indicar apenas um corte de juros em 2026. Além disso, entre quatro e cinco membros revisaram suas projeções, reduzindo de dois para apenas um corte no período. O presidente do Fed, Jerome Powell, reconheceu que não houve progresso no processo desinflacionário, ao observar que o núcleo do PCE permaneceu em torno de 3%, em linha com o comportamento ao longo do ano anterior. Na coletiva pósFOMC, Powell destacou alguns fatores que ajudam a compreender a atual dinâmica da inflação. Em primeiro lugar, os efeitos das tarifas ainda não se esgotaram na inflação de bens, com um andamento de seu progresso diferente do esperado pelo comitê. Aliado a isso, a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos no mês passado adicionou uma camada extra de incertezas quanto ao repasse para os preços. Em segundo lugar, o tom relacionado à inflação de serviços mudou entre as comunicações. Enquanto no comunicado de janeiro houve menção explícita de que "a desinflação parece estar continuando no setor de serviços", essa avaliação não foi reiterada na comunicação mais recente do comitê. Um ponto de preocupação destacado por Jerome Powell foi a inflação de serviços excluindo habitação, conhecida como "supercore", que tem permanecido praticamente estável há cerca de um ano. Em tese, um mercado de trabalho mais fraco deveria contribuir para algum arrefecimento dessa métrica. Powell atribuiu essa dinâmica a fatores idiossincráticos. Por fim, há a possibilidade de um choque altista para a inflação, decorrente das consequências do conflito no Oriente Médio. O Federal Reserve tem sinalizado que tende a tratar esse movimento como um choque temporário, ressaltando o elevado grau de incerteza associado aos desdobramentos do conflito. Ainda assim, a alta dos preços da gasolina nos EUA pode gerar efeitos de contágio sobre os núcleos de inflação no curto prazo, dificultando o processo de convergência da inflação à meta. Pelo outro lado do mandato do Federal Reserve, o mercado de trabalho segue relativamente estável. A criação líquida de vagas próxima de zero gera alguma preocupação para o comitê, em um contexto de redução da força de trabalho, influenciada por políticas imigratórias mais restritivas, e de menor demanda por trabalho, fatores que ajudam a manter a taxa de desemprego equilibrada. Nesse cenário, a situação atual do mercado de trabalho reduz a pressão imediata por novos cortes, dada a ausência de sinais mais claros de deterioração. Os aumentos nos preços de energia têm se configurado também como um desafio relevante para os países da Zona do Euro, que são grandes importadores e, portanto, mais expostos à elevação dos preços do petróleo e do gás natural. Esse movimento acende alertas importantes, especialmente para economias com menor diversificação de suas matrizes energéticas e maior dependência do gás natural para geração de energia. Como consequência, há impactos esperados sobre a inflação no curto prazo, bem como sobre as perspectivas de crescimento da região. Diante desse cenário mais adverso, o Conselho do Banco Central Europeu optou por manter inalteradas suas três taxas de juros. Segundo o comunicado da autoridade monetária, as perspectivas tornaram-se significativamente mais incertas, com riscos altistas para a inflação e baixistas para o crescimento econômico, numa dinâmica muito dependente da duração do conflito e dos eventuais danos às cadeias de suprimentos. Alguns Estados-membros da UE já vêm adotando medidas de contenção para aliviar os preços de combustíveis. O Banco Central Europeu seguirá dependente dos dados para a condução da política monetária, adotando uma abordagem reunião a reunião, sem se comprometer com uma trajetória específica. A instituição já revisou suas projeções, com inflação mais elevada e crescimento mais fraco, em função dos impactos do conflito, ainda que tais estimativas possam estar defasadas frente aos desdobramentos mais recentes. Nesse contexto, a condução da política monetária tende a permanecer cautelosa até que haja maior clareza sobre a evolução do cenário. O tema mais relevante para o Brasil ao longo de março foi a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, que realizou o primeiro corte da taxa Selic em 25 pontos-base, dando início ao ciclo de flexibilização monetária. Desde o último encontro do Copom, as incertezas provenientes do cenário externo se intensificaram



significativamente. Na comunicação do BCB, observou-se um aumento relevante do peso atribuído às condicionantes relacionadas ao conflito no Oriente Médio, o que motivou um movimento mais cauteloso. Apesar da incorporação de um novo e relevante vetor de incerteza, o Banco Central do Brasil manteve, em sua comunicação, a expressão "calibração do ciclo", evitando sinalizações explícitas sobre a magnitude e a duração do processo de afrouxamento monetário. Essa postura é compatível com uma autoridade monetária dependente dos dados, que busca ganhar tempo para avaliar os canais de transmissão do conflito no Oriente Médio sobre a inflação, ainda cercados de elevada incerteza. Em nossa leitura, dado o conjunto atual de informações, o BCB segue inclinado a dar continuidade ao ciclo de cortes da Selic, ainda que com espaço significativamente mais limitado, diante dos potenciais efeitos de contágio sobre os preços. Observa-se, adicionalmente, uma elevação expressiva nos preços de insumos relevantes, como o diesel S-10 e os fertilizantes. Esses movimentos aumentam a probabilidade de um choque de custos, com impactos sobre fretes e, conseqüentemente, sobre a cadeia de alimentos, componente que teve papel importante no processo desinflacionário recente. Ainda assim, a mensuração dos efeitos do conflito permanece desafiadora, dado o elevado grau de incerteza quanto à sua duração. Esse contexto dificulta a consolidação da desinflação e, à luz da ata, o Banco Central do Brasil não parece plenamente convencido de sua sustentação. As projeções de inflação do Banco Central do Brasil foram revisadas para cima na divulgação do Relatório de Política Monetária. A incorporação de uma trajetória mais elevada para os preços do petróleo ao longo do ano foi o principal fator por trás dessa reavaliação. Há preocupação com o fato de que, no horizonte relevante de política monetária, as projeções seguem acima da meta de inflação. No curto prazo, a elevação das expectativas captadas pelo boletim Focus contribui para a desancoragem, o que tende a tornar a próxima decisão do comitê mais conservadora. Por último, a atividade econômica no Brasil tem mostrado perda gradual de tração, refletindo os efeitos esperados de uma política monetária contracionista conduzida pelo Banco Central do Brasil. É de se esperar que os efeitos restritivos do atual patamar da Selic passem a pesar sobre os componentes mais sensíveis do Produto Interno Bruto (PIB), o que foi corroborado pelas leituras mais recentes, que evidenciam clara desaceleração. Apesar disso, segmentos menos cíclicos apresentaram maior dinamismo em relação ao ano anterior, especialmente a produção agropecuária e a indústria extrativa. Observando a decomposição utilizada pelo Banco Central do Brasil para distinguir setores mais e menos cíclicos, nota-se que os segmentos menos sensíveis ao ciclo econômico apresentaram expansão e registraram a maior contribuição positiva para o crescimento anual. Em síntese, a política monetária restritiva vem surtindo os efeitos esperados sobre a atividade econômica. O setor de serviços é responsável pela maior parcela na contribuição da atividade econômica doméstica. Dentro desse setor, observa-se heterogeneidade nas taxas de crescimento entre seus componentes. As maiores contribuições vieram dos subsegmentos de informação e comunicação e de intermediação financeira, enquanto segmentos mais sensíveis ao ciclo, como o comércio, apresentaram menor dinamismo, em meio à desaceleração do consumo das famílias. Esse movimento reflete condições financeiras mais restritivas e um maior comprometimento da renda com o serviço da dívida, o que pressiona os orçamentos familiares, compatíveis com um ambiente de política monetária mais restritiva, apesar de um mercado de trabalho que se mantém resiliente e do crescimento dos salários reais.

|

2- POSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS IPRESBS:

A carteira de investimentos do Instituto teve no mês de março um retorno acumulado no ano de R\$ 8.921.413,50. A rentabilidade acumulada no ano é de 3,47% frente à meta atuarial de 3,24%.

|

3- ASSUNTOS DIVERSOS:

Não houveram outros assuntos a serem tratados.



4- DELIBERAÇÕES DE INVESTIMENTOS E MOVIMENTAÇÕES DO MÊS ANTERIOR:

Foram informadas pela assessoria de investimentos as seguintes recomendações: Resgate total do fundo Caixa FIC FIA Multigestor 30.068.224/0001-04, alocando no fundo CDI Caixa Topázio Corporativo Referenciado 11.061.230/0001-87 (Tx adm 0,10%); Resgate total do fundo Caixa Brasil Títulos Públicos 05.164.356/0001-84 (Tx adm 0,20%), alocando os recursos no fundo Caixa Topázio Corporativo Referenciado 11.061.230/0001-87 (Tx adm 0,10%); Aguardar Estudo de ALM para avaliar novas compras de NTN-B. Novos recursos recomendamos que sejam alocados em fundos CDI 100% Títulos Públicos. Outras deliberações: Aplicação no valo de R\$ 1.000.000,00 no fundo Sicredi Liq Emp FIRF REF DI RL. Os valores resgatados para pagamentos de despesas e os créditos da Compensação Financeira, contribuições dos servidores, cota patronal e déficit são movimentados nos fundos DI em carteira, com o qual os membros do comitê estiveram de acordo.

APLICAÇÕES		
06/03/26	480.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
12/03/26	1.748.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
19/03/26	4.083.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
20/03/26	80.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
27/03/26	360.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
RESGATES		
03/03/26	435.000,00	Caixa Brasil Matriz
17/03/26	5.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
20/03/26	30.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
24/03/26	4.440.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
24/03/26	23.000,00	Caixa Brasil Referenciado
31/03/26	1.305.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
31/03/26	1.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos

Todas as movimentações foram recomendadas pela assessoria de investimentos e aprovadas pelo presente Comitê de Investimentos. Os membros do Comitê de Investimentos analisaram os relatórios de investimentos e Balancete Mensal e deram o parecer final, constando em anexo à esta Ata. Não havendo mais assuntos a serem apresentados e/ou deliberados, foi encerrada a reunião, cuja ata foi lavrada por mim, Clifford Jelinsky, digitada e impressa apenas em seus aversos e em uma via, que segue assinada por todos os presentes ao final.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/04/2026 11:24 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESE: <https://c.ipm.com.br/p/7fd768943ef17>



PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

COMPETÊNCIA: MARÇO – 2026

Considerando os artigos 132-A, 132-B e 132-C da Lei Municipal nº 1718/2006, que trata das competências do Comitê de Investimentos;

Considerando o Manual do Pró-Gestão RPPS na versão 4.0, em seu pilar de Governança Corporativa, item 3.2.6 Nível I, que trata da Política de Investimentos e competências do Comitê de Investimentos;

Considerando que o Comitê de Investimentos do IPRESBS é um órgão colegiado, que tem por atribuição específica participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos, tendo seus requisitos básicos de instituição e funcionamento estabelecidos na Seção I do Capítulo 5 da Portaria/MPS 1467/22 e na legislação municipal, tem desempenhado papel fundamental atendendo aos requisitos de qualificação, padrões éticos de conduta e autonomia nas decisões;

Considerando que as decisões do Comitê de Investimentos do IPRESBS têm respaldo da empresa SMI CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS devidamente qualificada e credenciada para dar suporte de assessoramento das estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos, respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência, através de Relatório de Gestão de Investimentos emitido pela SMI CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS;

O Comitê de Investimentos, diante do exposto nos dados apresentados pelo Relatório de Gestão de Investimentos do mês de Março de 2026, emite parecer favorável quanto à execução da Política de Investimentos 2026, bem como das movimentações dos recursos desta autarquia. Portanto encaminha-se este parecer com análise favorável para avaliação e aprovação do Conselho Fiscal do IPRESBS.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2026.

MEMBROS	ASSINATURA
Clifford Jelinsky – <i>Diretor Presidente do IPRESBS e membro do Comitê de Investimentos</i>	
Ivana Aparecida Pereira – <i>Membro do Comitê de Investimentos</i>	
Lucilene Zélia dos Santos – <i>Diretora Financeira do IPRESBS e membro do Comitê de Investimentos</i>	
Marco Rodrigo Redlich – <i>Membro do Comitê de Investimentos</i>	
Marcos Gertler – <i>Membro do Comitê de Investimentos</i>	

